



**TRE  
PARANÁ**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2024  
PAD nº 16405/2023**

**MINUTA  
Anexo IV**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO E  
GARANTIA que entre si fazem o  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DO PARANÁ e a empresa**

.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133/2021 e legislações pertinentes, Pregão Eletrônico nº. \_\_\_\_/2024, sob a forma de Registro de Preços (Ata nº \_\_\_\_/2024), e a proposta vencedora, protocolada neste Tribunal sob o nº 16405/2023 (PAD principal), regularmente autorizada pelo ordenador de despesas, de um lado o:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no **CNPJ sob nº 03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa:

....., inscrita no **CNPJ sob nº** ....., com sede em ....., Rua ....., nº. ...., bairro ....., CEP: ....., telefone: (...) .....- ....., e-mail: ....., neste ato representada por ....., doravante denominada **CONTRATADA**; têm entre si justo e acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** - O presente contrato tem por objeto o fornecimento e a garantia de .... (*x unidades – adequar conforme pedido*) **switches gerenciáveis**, item, marca ....., modelo ....., para atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas no Termo de Referência e neste Contrato.

**1.2** - A Contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições do edital de Licitação, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

**1.3** - De acordo com o art. 6º da Lei nº 14.133/2021, inciso X, esta contratação será realizada por preço certo de unidades determinadas.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

## 2.1 - Dos quantitativos: (adequar conforme pedido)

Item	Descrição	Unid. de medida	SIASG
1	Switch 48p PoE - Tipo I	UN	618780
2	Switch 48p PoE - Tipo II	UN	618780
3	Switch 24p PoE	UN	618778
4	Switch 48p PoE - Tipo I <b>(cota reservada do item 1)</b>	UN	618780
5	Switch 48p PoE - Tipo II <b>(cota reservada do item 2)</b>	UN	618780
6	Switch 24p PoE <b>(cota reservada do item 3 –</b>	UN	618778

**2.2 - Dos requisitos técnicos mínimos:** os requisitos técnicos mínimos constam do ANEXO I - Termo de Referência.

**2.3 - Do local da prestação da garantia:** ON-SITE, centralizada na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, conforme item 5 do Termo de Referência.

**2.4 - Do local de entrega e recebimento do objeto pelo TRE/PR:**

**2.4.1 - Do local de entrega:** as entregas deverão ser realizadas na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, no horário das 12h às 16h, mediante prévio agendamento junto à Seção de Rede, nos telefones (41) 3330-8681 ou 3330-8691.

**2.4.2 - Do recebimento provisório e recebimento técnico:** os bens serão recebidos provisoriamente de forma sumária, por servidor lotado na Seção de Rede do TRE/PR e, após, serão recebidos tecnicamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, por comissão de servidores instituída pela Secretaria de Tecnologia da Informação, conforme item 7 do Termo de Referência.

**2.4.3 - Do recebimento definitivo:** os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento técnico, pelo setor demandante.

## CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE, DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

### 3.1 – Incumbe à CONTRATADA

**3.1.1 –** Cumprir fielmente as obrigações e responsabilidades discriminadas no Termo de Referência.

**3.1.2 -** Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

**3.1.3 -** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

### 3.2 - Incumbe ao CONTRATANTE:

**3.2.1 -** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, edital e demais anexos, bem como deste instrumento contratual;

**3.2.2 -** Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de

restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro;

**3.2.3** - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

**3.2.4** - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

**3.3** - As condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018 para ambas as partes estão discriminadas no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE ENTREGA E GARANTIA**

**4.1 – Vigência:** o presente contrato vigorará pelo período de **4 (quatro) meses**, a partir da data da assinatura, podendo ser extinto antecipadamente nos termos previstos na Lei nº 14.133/2021.

**4.2 - Prazo de entrega:** o prazo de entrega dos bens é de no máximo **2 (dois) meses**, contados a partir da assinatura deste contrato.

**4.3 – Garantia:** a garantia “on site” de funcionamento será pelo período de **60 (sessenta) meses** contados a partir do recebimento definitivo do componente, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

**4.4** - No prazo de vigência não está computado o prazo de garantia técnica que deverá ser cumprida nos prazos e condições estabelecidos no Edital, no Termo de Referência - Anexo I e no Contrato, independentemente do prazo de vigência contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**5.1** - Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho .....

Nota de Empenho: 2024NE....., emitida em \_\_/\_\_/2024;

Elemento de despesa: \_\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_;

Categoria Econômica: investimento;

Código SIASG: 618780 e/ou 618778 (adequar conforme pedido);

#### **CLÁUSULA SEXTA: DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**6.1** - A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, nos termos previstos no Anexo I - Termo de Referência.

**6.2** - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

**6.2.1** - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO**

**7.1** - O valor total a ser pago à CONTRATADA, pelo fornecimento do objeto deste contrato será de **R\$** ..... (.....), conforme a seguir especificado:

*(adequar conforme o pedido)*

Item	Descrição	Código siasg	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	-----------------	------------	-------------------	----------------

1	Switch 48p PoE - Tipo I	618780		R\$	R\$
2	Switch 48p PoE - Tipo II	618780		R\$	R\$
3	Switch 24p PoE	618778		R\$	R\$
4	Switch 48p PoE - Tipo I (cota reservada do item 1)	618780		R\$	R\$
5	Switch 48p PoE - Tipo II (cota reservada do item 2)	618780		R\$	R\$
6	Switch 24p PoE (cota reservada do item 3)	618778		R\$	R\$
<b>Valor Total</b>					<b>R\$</b>

**7.1.1** - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

## **7.2 – Do documento fiscal**

**7.2.1** – O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail: [redes@tre-pr.jus.br](mailto:redes@tre-pr.jus.br), em formato PDF .

**7.2.1.1** – O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/documentos de habilitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

**7.2.1.2** - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa CONTRATADA. Nesse caso, ambos os CNPJs (CONTRATADA e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais,
- Número do contrato
- Banco
- Agência
- Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA)

## **7.3 – Das condições do pagamento:**

**7.3.1** - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

**7.3.2** - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**7.3.2.1** – Prazo para atestado da Nota fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** a partir do aceite da

nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

**7.3.2.1.1** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**7.3.2.2** – Prazo para pagamento da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias** após o atestado da nota fiscal pelo Gestor.

**7.3.3** – Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.3.4** – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.2.1.2.

**7.3.4.1** – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

**7.3.5** – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

**7.3.6 - DA CORREÇÃO MONETÁRIA:** na ocorrência de eventual atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

**7.4** – Da regularidade fiscal:

**7.4.1** – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**7.4.1.1** – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**7.4.1.1.1** – Permanecendo a inadimplência poderá haver extinção contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

**7.4.2** – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**7.4.2.1** – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE**

**8.1** - Os preços não serão reajustáveis, tendo em vista tratar-se de contrato de fornecimento e garantia.

## **CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**9.1** - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor o acompanhamento dos serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência.

**9.2** - Quanto ao recebimento do objeto, o fiscal obedecerá aos prazos e condições especificados no Termo de Referência.

**9.3** - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade no fornecimento, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

**9.3.1** - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

**9.4** - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário e estipulando prazo para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**9.5** - Persistindo a irregularidade, o gestor deverá criar um processo específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria de Administração - SECAD, devidamente instruído com todas as informações pertinentes, constante de formulário específico, anexando-se cópia dos e-mails ou ofícios enviados à CONTRATADA pelo fiscal da contratação, referentes aos inadimplementos, com os respectivos comprovantes de recebimento pela empresa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

**10.2** - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.3** - Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas cometidas, as seguintes sanções:

**a) ADVERTÊNCIA:** Quando a contratada der causa à inexecução parcial, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave, não puníveis com multa.

**a.1) São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:**

	Relação de descumprimentos
<b>1</b>	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
<b>2</b>	Falta de retorno às comunicações do TRE;
<b>3</b>	Descumprimento às normas de sustentabilidade especificadas no presente instrumento, quando for o caso;
<b>4</b>	Deixar de prestar informações, conforme previsão do item 5.1.18 do Termo de Referência;
<b>5</b>	Deixar de entregar os laudos de atendimentos e os relatórios, conforme previsto nos itens 5.1.14 e 5.1.16 do Termo de Referência;
<b>6</b>	Encaminhar nota fiscal com falta de documento.

**b) MULTAS:** Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos, observando-se os seguintes parâmetros:

Graduação da sanção	Relação de descumprimentos	Dosimetria e base de incidência
<b>MÉDIA</b>	Deixar de cumprir o prazo previsto para entrega dos equipamentos, conforme item 1.3 do Termo de Referência, <b>limitado a 20 (vinte) dias</b> . Após esse prazo, será considerado inadimplemento contratual.	Multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor total da parcela inadimplida.
	Deixar de cumprir o prazo previsto para substituir equipamentos rejeitados, defeituosos ou irregulares conforme previsto no item 3.1.3 do Termo de Referência, por ocorrência, <b>limitado a 10 (dez) dias</b> . Após esse prazo, será	Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor total da parcela inadimplida.

	considerado inadimplemento parcial.	
	Deixar de cumprir os prazos previstos para atendimento, conforme previsto nos itens 5.1.5 e 5.1.6 do Termo de Referência, por ocorrência, <b>limitado a 10 (dez) dias</b> . Após esse prazo, será considerado inadimplemento parcial.	Multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor total do contrato.
<b>GRAVE</b>	Não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), conforme item 08 do Termo de Referência.	Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
	Inadimplência reiterada de quaisquer das obrigações pactuadas	
	Inadimplemento parcial do contrato.	
<b>GRAVÍSSIMA</b>	Multa compensatória pelo inadimplemento total, caracterizado pela não entrega do objeto contratado, bem como pela cessação da prestação da garantia contratual.	20% (vinte por cento), sobre o valor total do contrato.

**10.3.1-** Poderá ser aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração;
- b) inexecução total do contrato;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.

**10.3.2 –** Poderá ser aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos descritos no item acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, bem como:



- a) apresentar documentação ou declaração falsa;
- b) praticar ato fraudulento;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.3.3** - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

**10.4** - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**10.5** - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

**10.6** - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores - SICAF.

**10.7** - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 - art. 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**10.8** - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

**10.8.1** - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União.

**10.9** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

**10.10** - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**10.11** - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**10.12** - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**11.1** - Ficarão o presente contrato extinto a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS**

**12.1** – Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no art. 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 7.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO**

**13.1** - Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

**13.2** - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital<sup>1</sup>, para um só efeito legal.

Curitiba, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

.....  
Representante Legal  
P/ CONTRATADA

**Solange Maria Vieira**  
Diretora-Geral – TRE/PR  
P/ CONTRATANTE

---

<sup>1</sup> Excepcionalmente, poderá ser aceito outro formato.